

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	57
-----------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60
--------------------------------------------------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>30.357.847.596</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	1.718.790	1.684.946
1.01	Ativo Circulante	46.591	29.897
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.365	4.846
1.01.03	Contas a Receber	13.666	20.910
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.176	1.132
1.01.07	Despesas Antecipadas	473	769
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.911	2.240
1.02	Ativo Não Circulante	1.672.199	1.655.049
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	364.299	344.964
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	63.451	63.528
1.02.01.07	Tributos Diferidos	257.487	242.107
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	257.487	242.107
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	3	5
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	43.358	39.324
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	41.983	37.949
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	1.375	1.375
1.02.03	Imobilizado	8.210	8.516
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.210	8.516
1.02.04	Intangível	1.299.690	1.301.569
1.02.04.01	Intangíveis	1.299.690	1.301.569

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	1.718.790	1.684.946
2.01	Passivo Circulante	1.653.060	1.604.514
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.518	3.467
2.01.01.01	Obrigações Sociais	539	706
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.979	2.761
2.01.02	Fornecedores	13.820	11.954
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.820	11.954
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.207	2.776
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.174	1.476
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.033	1.300
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.474.019	1.427.507
2.01.04.02	Debêntures	1.474.019	1.427.507
2.01.05	Outras Obrigações	529	559
2.01.05.02	Outros	529	559
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	286	330
2.01.05.02.05	Outros Passivos	243	229
2.01.06	Provisões	158.967	158.251
2.01.06.02	Outras Provisões	158.967	158.251
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	158.967	158.251
2.02	Passivo Não Circulante	277.978	262.702
2.02.02	Outras Obrigações	134.425	131.312
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	133.152	129.982
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	133.152	129.982
2.02.02.02	Outros	1.273	1.330
2.02.02.02.03	Outros Passivos	1.273	1.330
2.02.04	Provisões	143.553	131.390
2.02.04.02	Outras Provisões	143.553	131.390
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	121.902	110.040
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	7.331	7.292
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	14.320	14.058
2.03	Patrimônio Líquido	-212.248	-182.270
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-515.826	-485.848

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	60.648	74.071
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-39.712	-59.028
3.03	Resultado Bruto	20.936	15.043
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.137	-4.014
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.276	-4.027
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.615	-3.300
3.04.02.02	Honorários da Administração	-661	-727
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	13
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.861	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.799	11.029
3.06	Resultado Financeiro	-51.157	-49.481
3.06.01	Receitas Financeiras	1.009	2.573
3.06.02	Despesas Financeiras	-52.166	-52.054
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-45.358	-38.452
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	15.380	13.037
3.08.02	Diferido	15.380	13.037
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-29.978	-25.415
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-29.978	-25.415
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00099	-0,00084

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-29.978	-25.415
4.03	Resultado Abrangente do Período	-29.978	-25.415

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	32.938	39.422
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	29.522	32.619
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-29.978	-25.415
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-15.380	-13.037
6.01.01.03	Depreciação e amortização	11.561	10.311
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	704	1.520
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	39	105
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	46.220	45.859
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-602	-1.684
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	14	0
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	3.170	3.460
6.01.01.12	Provisões para demandas judiciais	11.861	0
6.01.01.13	Provisões para manutenção em rodovias	1.941	11.581
6.01.01.14	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-28	-81
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.416	6.803
6.01.02.01	Contas a Receber	7.272	4.627
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	298	513
6.01.02.03	Outros Ativos	329	-558
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	1.866	2.542
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-44	-13
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-569	-194
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	51	418
6.01.02.08	Provisão para demandas judiciais - pagamentos	-4.034	-967
6.01.02.09	Outros Passivos	-43	-55
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-44	490
6.01.02.11	Provisão para manutenção - pagamento	-1.666	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.419	-20.443
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-18	-251
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-9.080	-20.702
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	679	510
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	24.519	18.979
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.846	47.698
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.365	66.677

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-485.848	0	-182.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-485.848	0	-182.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-29.978	0	-29.978
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-29.978	0	-29.978
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-515.826	0	-212.248

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-335.742	0	-32.164
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-335.742	0	-32.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.415	0	-25.415
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-25.415	0	-25.415
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-361.157	0	-57.579

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
7.01	Receitas	65.797	79.466
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	55.236	57.005
7.01.02	Outras Receitas	10.561	22.461
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	8.285	20.254
7.01.02.02	Receitas Acessórias	2.248	2.195
7.01.02.03	Outras Receitas	0	12
7.01.02.04	Reversão para crédito de liquidação duvidosa	28	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.928	-48.112
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.100	-25.515
7.02.04	Outros	-9.828	-22.597
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-8.214	-20.067
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-865	-890
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-749	-1.640
7.03	Valor Adicionado Bruto	25.869	31.354
7.04	Retenções	-11.561	-10.311
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.561	-10.311
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.308	21.043
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.009	2.573
7.06.02	Receitas Financeiras	1.009	2.573
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	15.317	23.616
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	15.317	23.616
7.08.01	Pessoal	5.765	6.255
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.232	4.776
7.08.01.02	Benefícios	1.275	1.200
7.08.01.03	F.G.T.S.	258	279
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-10.254	-7.651
7.08.02.01	Federais	-13.247	-10.721
7.08.02.03	Municipais	2.993	3.070
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	49.784	50.427
7.08.03.02	Aluguéis	394	404
7.08.03.03	Outras	49.390	50.023
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	3.170	3.460
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	46.220	46.563
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-29.978	-25.415
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-29.978	-25.415



# 1T20

## Divulgação de Resultados

[www.rodoviasdotiete.com.br](http://www.rodoviasdotiete.com.br)



## Relatório da Administração - 31 de Dezembro 2019

**15 de Maio de 2020** - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.– em recuperação judicial— “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2020.

### Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21—Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34—International Financial Reporting.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 16
Responsabilidade Socioambiental	Página 17
Demonstrações Financeiras	Página 18
Relacionamento com o Auditor	Página 22

**Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho**  
 Diretor Administrativo, Financeiro e de  
 Relações com Investidores / CFO

**Tel.: (11) 4602-7900**

**Fax: (11) 4602-8069**

**E-mail: [ri@rodoviasdotiete.com.br](mailto:ri@rodoviasdotiete.com.br)**

**[www.rodoviasdotiete.com.br/ri](http://www.rodoviasdotiete.com.br/ri)**

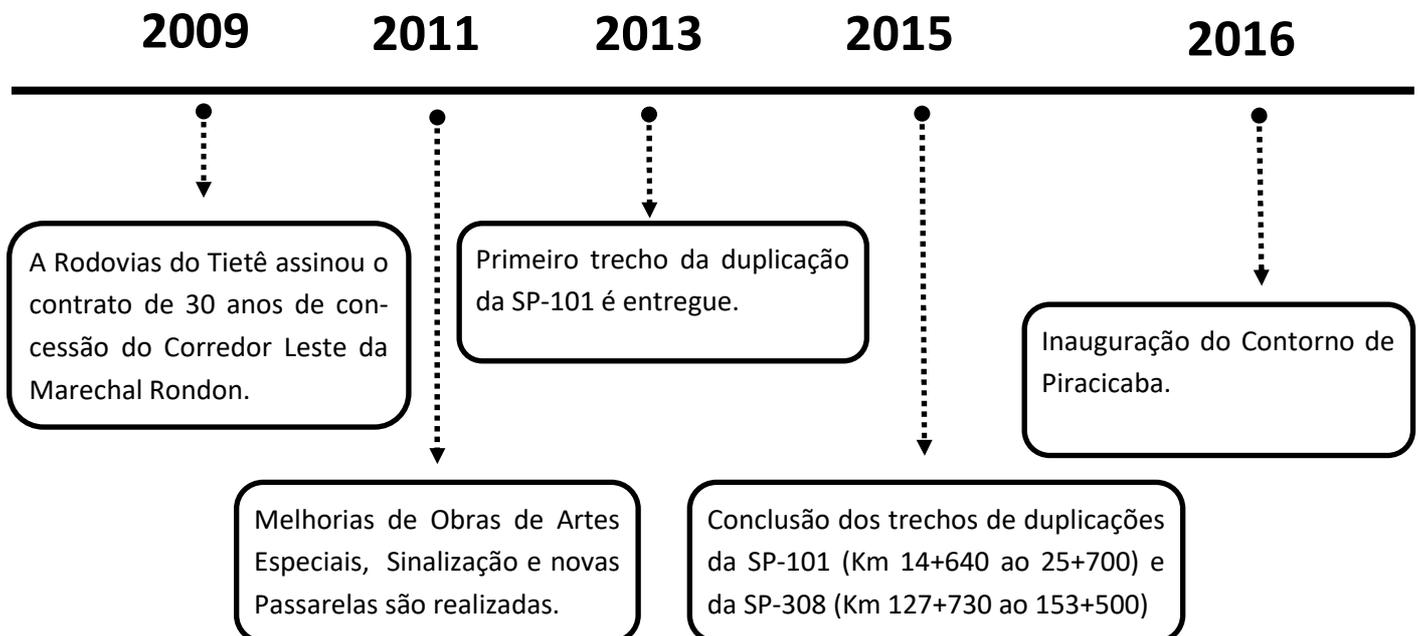


## Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





## Destaques:

### Receita Operacional

✓ R\$ 52 milhões de receita líquida.



### Tráfego

✓ Redução de 8,43% no tráfego pedagiado e redução de 7,13% no tráfego em eixos equivalentes.



### Obras

- ✓ Duplicação da SP-101
- ✓ Duplicação da SP-308
- ✓ Implantação de dispositivo da SP-101
- ✓ Recapeamento da SP-101 e SP-300





## Sumário Executivo

A economia brasileira nos primeiros três meses de 2020 teve um crescimento desacelerado. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 4,25% a.a. em março de 2020, segundo o relatório do COPOM.

Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 3,30% no acumulado nos últimos 12 meses. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 27 de março de 2020, a previsão era que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2020 ficasse -0,48% inferior ao ano de 2020.

Nos primeiros três meses de 2020 houve uma redução de 8,43% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou uma redução de 7,13%, quando comparado no mesmo período do ano anterior.

Essa redução deve-se a situação macroeconômica do país devido a pandemia COVID-19, que é retratado com maiores detalhes nas notas explicativas 1.2 e 25 que acompanham este relatório, e foi agravada também pelo acidente geológico ocorrido em Fevereiro de 2020 na SP-300 próxima a cidade de Botucatu/SP. Devido ao alto índice de chuvas do mês de fevereiro, o trecho do Km 258 ficou totalmente interditado para a passagem de veículos leves e pesados devido a erosão que atingiu uma das pistas.

As principais obras realizadas pela Concessionária foram a duplicação da SP-101, a duplicação da SP-308, Dispositivos da SP-101 e Recapeamento da SP-101 e SP-300.



## Tráfego

Nos três meses de 2020 o volume de tráfego teve uma queda de 8,43% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio reduziu 9,53%, enquanto comerciais leves teve uma queda de 4,06% e comerciais pesados uma queda de 6,04%.

### >> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2020*	2019*	Variação
Passeio	4.384.613	4.846.259	-9,53%
Comercial Leve	865.046	901.639	-4,06%
Comercial Pesado	533.433	567.713	-6,04%
<b>Total</b>	<b>5.783.092</b>	<b>6.315.611</b>	<b>-8,43%</b>

\*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

Nos três meses de 2020 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve uma queda 7,13% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio reduziu 9,62%, enquanto comerciais leves teve uma queda de 3,98% e comerciais pesados uma queda de 5,50%.

### >> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2020*	2019*	Variação
Passeio	4.307.280	4.765.816	-9,62%
Comercial Leve	2.061.677	2.147.239	-3,98%
Comercial Pesado	2.973.284	3.146.466	-5,50%
<b>Total</b>	<b>9.342.241</b>	<b>10.059.521</b>	<b>-7,13%</b>

\*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

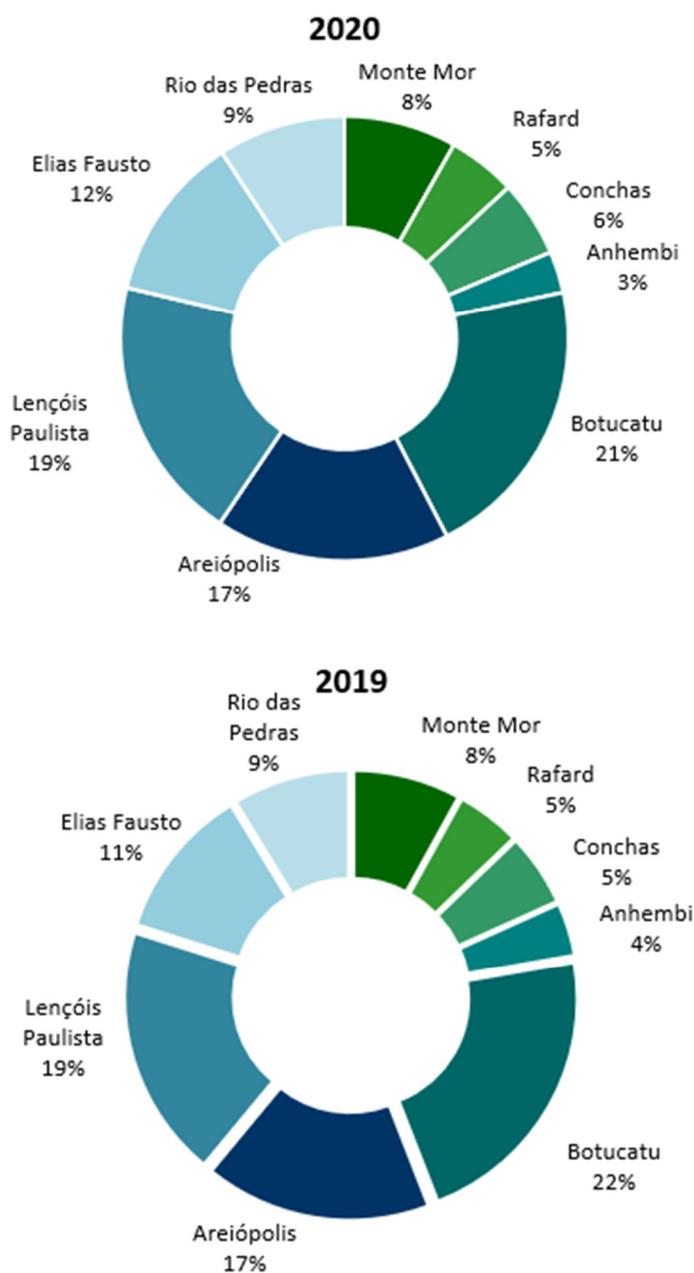
A redução deve-se, ao acidente geológico ocorrido em Fevereiro de 2020 na SP-300 próxima a cidade de Botucatu/SP. Devido ao alto índice de chuvas do mês de fevereiro, o trecho do Km 258 ficou totalmente interditado para a passagem de veículos leves e pesados devido a erosão que atingiu uma das pistas.



## Tráfego

### >> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 58% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 42% da receita.





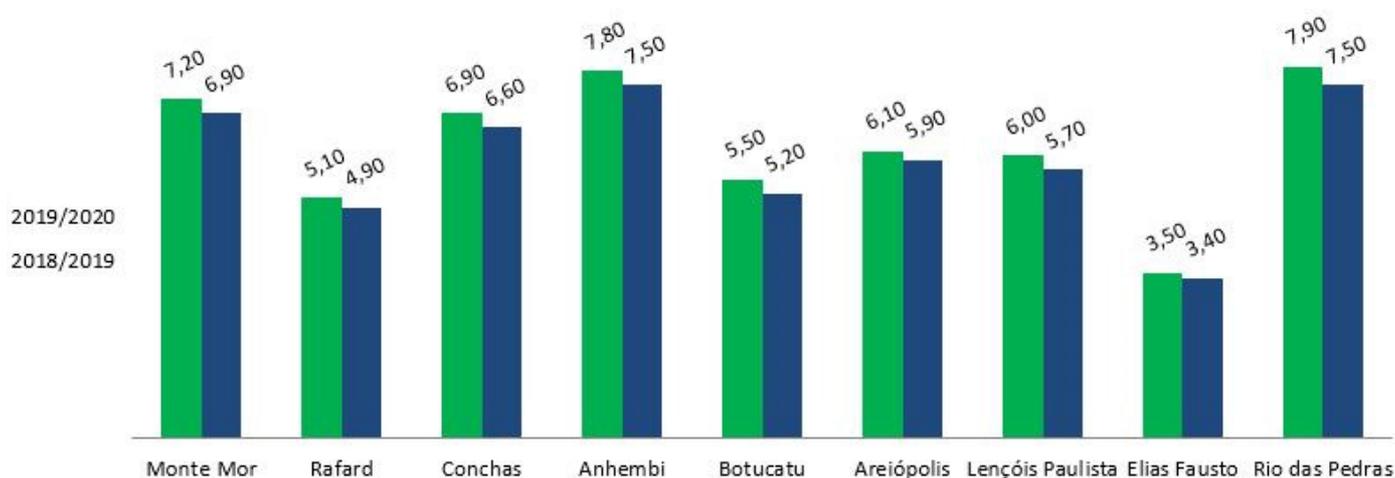
## Tráfego

### >> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2019/2020 é de R\$ 6,22 contra R\$ 5,96 em 2018/2019.

Praça de pedágio	2019/2020	2018/2019
Monte Mor	7,20	6,90
Rafard	5,10	4,90
Conchas	6,90	6,60
Anhembi	7,80	7,50
Botucatu	5,50	5,20
Areiópolis	6,10	5,90
Lençóis Paulista	6,00	5,70
Elias Fausto	3,50	3,40
Rio das Pedras	7,90	7,50
<b>Tarifa Média</b>	<b>6,22</b>	<b>5,96</b>

### Tarifas de Pedágio





## Receitas

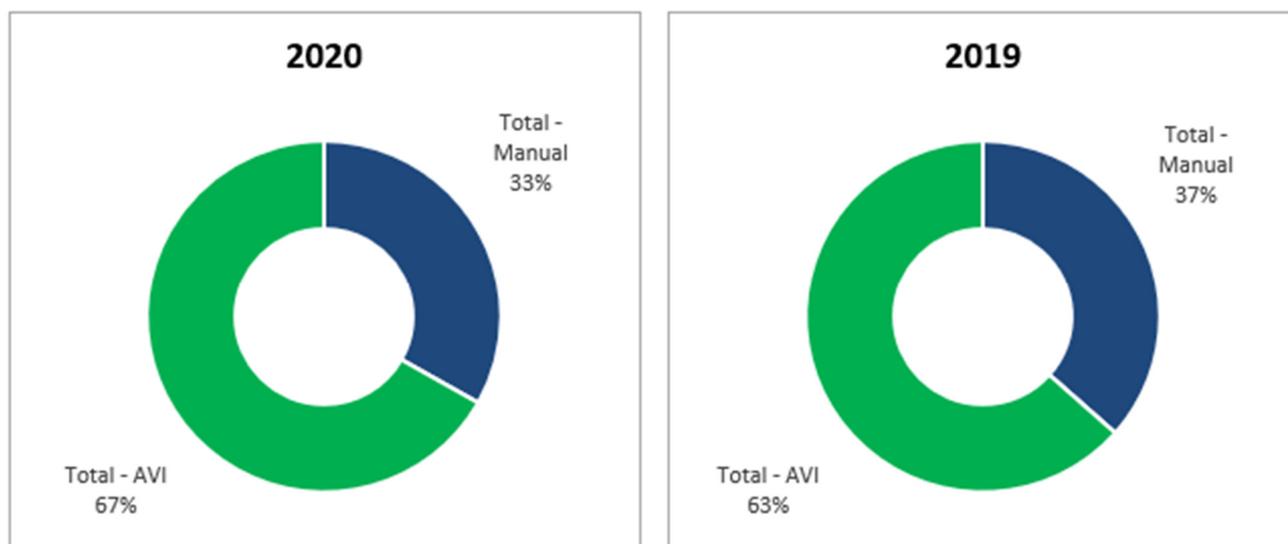
Receitas (em R\$ mil)	2020*	2019*	Varição
Receitas de Pedágio	55.236	57.005	-3,10%
Receitas Acessórias	2.248	2.195	2,41%
Impostos sobre Receitas	(5.121)	(5.383)	-4,87%
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>52.363</b>	<b>53.817</b>	<b>-2,70%</b>
Receitas de Construção	8.285	20.254	-59,09%
<b>TOTAL</b>	<b>60.648</b>	<b>74.071</b>	<b>-18,12%</b>

\*Volume acumulado período de Janeiro à Março.

A Concessionária obteve, nos três primeiros meses de 2020, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 55.236 mil (R\$ 57.005 mil no mesmo período de 2019) e arrecadou R\$ 2.248 mil (R\$ 2.195 mil no mesmo período de 2019) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 5.121 mil nos três primeiros meses de 2020 (R\$ 5.383 mil no mesmo período de 2019).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 8.285 mil de receita de construção contra R\$ 20.254 mil no mesmo período do ano de 2019 com contrapartida nos custos de construção.

### >> Formas de Pagamento



\*Volume acumulado período de Janeiro à Março.



## Custos e Despesas Operacionais

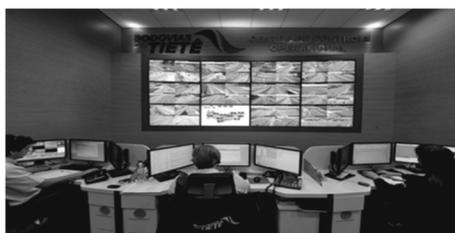
Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2020*	2019*	Variação
Com Pessoal	(5.104)	(5.528)	-7,67%
Honorários da Administração	(661)	(727)	-9,08%
Manutenção e conservação	(10.394)	(10.402)	-0,08%
Serviço de terceiros	(2.437)	(1.441)	69,12%
Ônus variável da concessão	(865)	(891)	-2,92%
Seguros e Garantias	(285)	(561)	-49,20%
Outras receitas e despesas	(1.525)	(1.546)	-1,36%
<b>Subtotal</b>	<b>(21.271)</b>	<b>(21.096)</b>	<b>0,83%</b>
Custo de serviços de construção	(8.214)	(20.067)	-59,07%
Provisão para demandas judiciais	(11.861)	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(1.941)	(11.581)	-83,24%
Depreciação e amortização	(11.561)	(10.311)	12,12%
<b>Total</b>	<b>(54.848)</b>	<b>(63.055)</b>	<b>-13,02%</b>

\*Volume acumulado período de Janeiro à Março.

Nos primeiros três meses de 2020, houve uma redução de 13,02% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 63.055 mil em 2019 para R\$ 54.848 mil em 2020. As principais variações foram:

- ⇒ **Com Pessoal:** Redução em função do não provisionamento da participação no resultado em 2020;
- ⇒ **Honorários da Administração:** Redução em função do não provisionamento da participação no resultado em 2020;
- ⇒ **Manutenção e conservação:** Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ **Custo dos serviços de construção:** Redução nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ **Provisão para manutenção em rodovias:** Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019;
- ⇒ **Provisão para demandas judiciais:** provisionamento de processos administrativos junto a ARTESP; e
- ⇒ **Depreciação e amortização:** Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego e devido ao aumento dos investimento dos últimos doze meses.



## EBITDA e MARGEM EBITDA

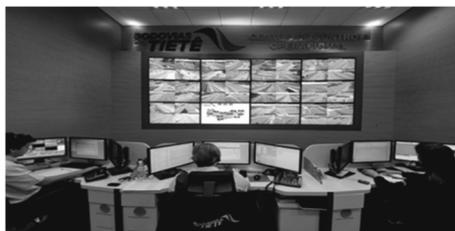
O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2020*	2019*	Varição
Resultado Líquido do Período	(29.978)	(25.415)	17,95%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(15.380)	(13.037)	17,97%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	51.157	49.481	3,39%
(+/-) Depreciação e Amortização	11.561	10.311	12,12%
<b>EBITDA</b>	<b>17.360</b>	<b>21.340</b>	<b>-18,65%</b>
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	1.941	11.581	-83,24%
<b>EBITDA AJUSTADO (a)</b>	<b>19.301</b>	<b>32.921</b>	<b>-41,37%</b>
<b>Receitas Operacionais (b)</b>	<b>52.363</b>	<b>53.817</b>	<b>-2,70%</b>
<b>MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)</b>	<b>36,86%</b>	<b>61,17%</b>	<b>-24,31 p.p</b>

\*Volume acumulado período de Janeiro à Março.

Nos primeiros três meses de 2020, houve uma redução de 41,37% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 32.921 mil nos primeiros três meses de 2019 para R\$ 19.301 mil no mesmo período de 2020, onde o principal fator contribuinte para essa redução foi o provisionamento das notificações. E a margem EBITDA ajustado teve uma redução de 24,31 p.p.

Além disso, houve um aumento de 12,12% na depreciação e amortização que passou de R\$ 10.311 mil nos primeiros três meses de 2019 para R\$ 11.561 mil no mesmo período de 2020, em função do aumento de imobilizado e intangível dos últimos doze meses. Houve também uma variação de (83,24%) na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019.



## Resultado Financeiro

O resultado financeiro nos primeiros três meses de 2020, comparado ao mesmo período de 2019, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2020*	2019*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(46.220)	(45.859)	0,79%
Juros sobre Mútuo	(3.170)	(3.460)	-8,38%
Outras Despesas Financeiras	(2.776)	(2.735)	1,50%
<b>TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(52.166)</b>	<b>(52.054)</b>	<b>0,22%</b>
Receitas Financeiras	1.009	2.573	-60,79%
<b>TOTAL RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(51.157)</b>	<b>(49.481)</b>	<b>3,39%</b>

\*Volume acumulado período de Janeiro à Março.

Nos primeiros três meses de 2020 houve um aumento de 3,39% no resultado financeiro que passou de (R\$ 49.481) nos primeiros três meses de 2019 para (R\$ 51.157) mil no mesmo período de 2020. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Mútuo: Redução em função do menor índice de CDI.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Aumento em função do AVP da provisão para manutenção em rodovias.
- ⇒ Receitas Financeiras: Menores valores aplicados e menor CDI sobre as aplicações financeiras vinculadas.



## Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215



## Debêntures - (continuação)

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensa para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
  - A.1 Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Com a declaração de vencimento antecipado, a Administração da Concessionária realizou a abertura do processo de recuperação judicial como sendo mais um passo para a reestruturação financeira, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam Corredor Leste da Marechal Rondon.



## Debêntures - (continuação)

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

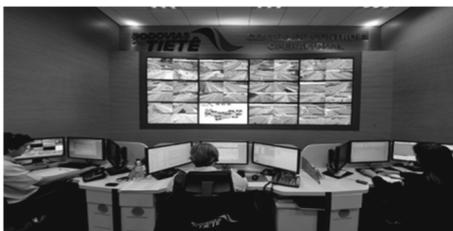
Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

O administrador judicial realizou a revisão da lista de credores apresentada pela Companhia levando em consideração as habilitações de crédito e divergências, apresentará e publicará uma segunda lista de credores. O prazo para o administrador judicial apresentar a segunda lista de credores é de 45 (quarenta e cinco) dias após o fim do prazo para apresentação das habilitações de crédito e divergências (“Segunda Lista de Credores”). A partir da publicação da Segunda Lista de Credores, terão o início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Segunda Lista de Credores, e (ii) um prazo de 30 dias para os credores apresentarem suas objeções ao plano de Recuperação Judicial.

No dia 18 de março de 2020 o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido a COVID-19 não houve a publicação do edital para que os prazos estabelecidos dos itens acima pudessem ser determinados.

O plano de Recuperação Judicial deverá ser aprovado em Assembleia de Credores em data a ser designada pelo juízo da Recuperação Judicial. Após essa aprovação, o Plano deverá ser homologado pelo Juiz.

Em 18 de março de 2020, a Companhia protocolou o plano de Recuperação Judicial e aguarda a data de Assembleia de Credores que será designada pelo juízo da Recuperação Judicial.

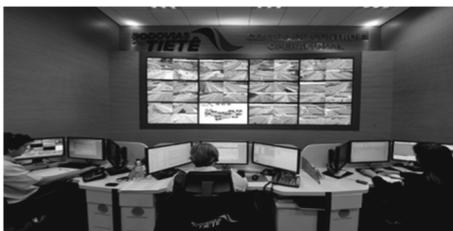


## Debêntures - (continuação)

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

\* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.



## Obras e Investimentos



### **Duplicação da SP-101**

Duplicação do km 25+700 ao km 43+500 (total de 17,80 quilômetros) da rodovia SP-101 e implantação/adequação de 5 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados, bem como as intervenções de supressão vegetal. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 25, 32 e 41 também foram iniciadas e o custo incorrido até março de 2020 foi de **R\$ 8,277 milhões**.



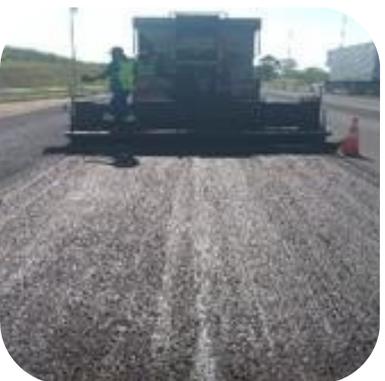
### **Duplicação da SP-308**

Duplicação do km 102+200 ao km 127+730 (total de 25,53 quilômetros) da rodovia SP-308 e implantação/adequação de 8 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados, bem como as intervenções de supressão vegetal. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 103, 107 e 112 também foram iniciadas e o custo incorrido até março de 2020 foi de **R\$ 6,704 milhões**.



### **Dispositivo da SP-101 km 5+000**

Construção de um dispositivo no km 5+000 da SP-101, próximo a cidade de Campinas, com interligação ao viário urbano e conexão com corredores da EMTU. A contratação foi dividida em duas etapas: a primeira etapa, relacionadas as faixas de aceleração/desaceleração, foi concluída e a segunda etapa, relacionada à construção da OAE, já foi contratada e os trabalhos foram iniciados. O custo incorrido até março de 2020 foi de **R\$ 3,069 milhões**.



### **Recapeamento da SP-101 e SP-300**

Segundo ciclo de intervenção da conservação especial de pavimento das rodovias SP-101 e SP-300. O custo incorrido até março de 2020 para essas duas obras foi de **R\$ 23,218 milhões**.



## Responsabilidade Socioambiental

### Café na Passarela



Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com o convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.

### Projeto Escola



Esta ação tem como o objetivo receber na sede da concessionária e apresentar às crianças da rede de ensino fundamental para conhecer os serviços disponibilizados pela concessionária a seus usuários e introduzir os primeiros conceitos de segurança viária.

### Seleção na Estrada

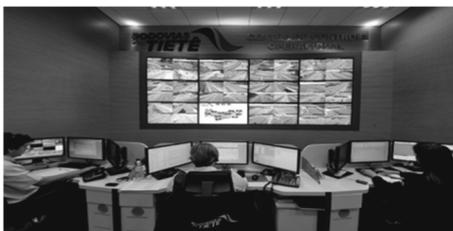


Esta ação tem como objetivo acompanhar e orientar motoristas ou pedestres circulantes das áreas lindeiras às rodovias concessionadas sobre a saúde, visando reduzir o índice de acidentes causados por mal súbito no “volante” e disponibilizar orientação médica. Nesta ação afere-se a pressão arterial e o índice glicêmico dos usuários participantes.

### Ação “Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista”



Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. A concessionária disponibiliza gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e faz a distribuição de equipamentos como: antenas anti cerol e kit de adesivos refletivos para capacete.



## Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2020	2019
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	29.365	4.846
Contas a receber (Nota 6)	13.666	20.910
Despesas Antecipadas	473	769
Impostos a recuperar (Nota 7)	1.176	1.132
Outros ativos	1.911	2.240
	<b>46.591</b>	<b>29.897</b>
<b>Não circulante</b>		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	63.451	63.528
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	257.487	242.107
Despesas antecipadas	3	5
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	41.983	37.949
Outros ativos	1.375	1.375
Imobilizado (Nota 9)	8.210	8.516
Intangível (Nota 10)	1.299.690	1.301.569
	<b>1.672.199</b>	<b>1.655.049</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.718.790</b>	<b>1.684.946</b>



## Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2020	2019
<b>Circulante</b>		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	13.820	11.954
Debêntures (Nota 14)	1.474.019	1.427.507
Credor pela concessão	286	330
Obrigações tributárias	2.207	2.776
Obrigações trabalhistas	3.518	3.467
Provisões (Nota 13)	158.967	158.251
Outros passivos	243	229
	<b>1.653.060</b>	<b>1.604.514</b>
<b>Não circulante</b>		
Debêntures (Nota 14)	-	-
Provisões (Nota 13)	143.553	131.390
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	133.152	129.982
Outros passivos	1.273	1.330
	<b>277.978</b>	<b>262.702</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.931.038</b>	<b>1.867.216</b>
<b>Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)</b>		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(515.826)	(485.848)
<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>(212.248)</b>	<b>(182.270)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>1.718.790</b>	<b>1.684.946</b>



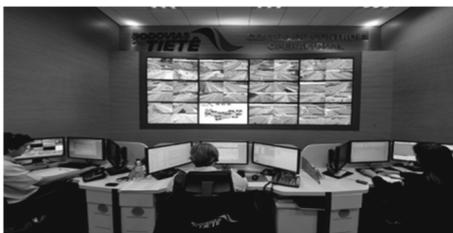
## Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2020	2019
Receita operacional líquida (Nota 16)	60.648	74.071
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(39.712)	(59.028)
<b>Lucro bruto</b>	<b>20.936</b>	<b>15.053</b>
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(3.276)	(4.027)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(i))	(11.861)	13
	<b>(15.137)</b>	<b>(4.014)</b>
<b>Lucro operacional</b>	<b>5.799</b>	<b>11.029</b>
Despesas financeiras (Nota 18)	(52.166)	(52.054)
Receitas financeiras (Nota 18)	1.009	2.573
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(51.157)</b>	<b>(49.481)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(45.358)</b>	<b>(38.452)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	15.380	13.037
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(29.978)</b>	<b>(25.415)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)</b>	<b>-0,00099</b>	<b>-0,00084</b>



## Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do período	(29.978)	(25.415)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.380)	(13.037)
Depreciação e amortização	11.561	10.311
Rendimentos de aplicações financeiras	(602)	(1.684)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	14	-
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	46.220	45.859
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	3.170	3.460
Provisões para demandas judiciais	11.862	-
Provisões para manutenção em rodovias	1.941	11.581
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	704	1.520
Variação monetária sobre provisão para investimentos	39	105
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	(28)	(81)
	<b>29.522</b>	<b>32.619</b>
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	7.272	4.627
Despesas antecipadas	298	513
Tributos a recuperar	(44)	490
Depósitos judiciais	(4.034)	(967)
Outros ativos	329	(558)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	1.866	2.542
Credor pela concessão - ônus variável	(44)	(13)
Obrigações tributárias	(569)	(194)
Obrigações trabalhistas	51	418
Provisão para manutenção — pagamento	(1.667)	-
Outros passivos	(43)	(55)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>32.938</b>	<b>39.422</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	679	510
Investimentos no ativo imobilizado	(18)	(251)
Investimentos no ativo intangível	(9.080)	(20.702)
<b>Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento</b>	<b>(8.419)</b>	<b>(20.443)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização de principal sobre debêntures	-	-
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<b>24.519</b>	<b>18.979</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>4.846</b>	<b>47.698</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>29.365</b>	<b>66.677</b>



## Relacionamento com o Auditor

---

No ano de 2020, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*, cujo valor representa aproximadamente 10% dos honorários de auditoria, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as demonstrações financeiras de 2020.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 1 Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria B desde 06 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de março de 2020, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.403 milhões (R\$ 3.545 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.412 milhões (R\$ 3.554 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPCA ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

No trimestre findo em 31 de março de 2020, a Companhia apresentou prejuízo no montante de (R\$ 29.978) (2019 – (R\$ 25.415)), um capital circulante líquido negativo de (R\$ 1.606.469) (31 de dezembro de 2019 – (R\$ 1.574.617)) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de (R\$ 212.248) (31 de dezembro de 2019 – (R\$ 182.270)) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas.

O capital circulante negativo mencionado acima está considerando a totalidade das debêntures classificada no passivo circulante conforme determinação das normas internacionais de contabilidade, em razão da declaração de vencimento antecipado em Assembleia realizada no dia 08 de novembro de 2019.

#### 1.1. Recuperação judicial

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias, sendo que o prazo para apresentação foi estendido para o dia 18 de março de 2020, devido ao recesso judiciário; e (v) reconheceu como bem essenciais os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

O administrador judicial realizou a revisão da lista de credores apresentada pela Companhia levando em consideração as habilitações de crédito e divergências, apresentará e publicará uma segunda lista de credores. O prazo para o administrador judicial apresentar a segunda lista de credores é de 45 (quarenta e cinco) dias após o fim do prazo para apresentação das habilitações de crédito e divergências (“Segunda Lista de Credores”). A partir da publicação da Segunda Lista de Credores, terão o início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Segunda Lista de Credores, e (ii) um prazo de 30 dias para os credores apresentarem suas objeções ao plano de Recuperação Judicial.

No dia 18 de março de 2020 o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido a COVID-19 não houve a publicação do edital para que os prazos estabelecidos dos itens acima pudessem ser determinados.

O plano de Recuperação Judicial deverá ser aprovado em Assembleia de Credores em data a ser designada pelo juízo da Recuperação Judicial. Após essa aprovação, o Plano deverá ser homologado pelo Juiz.

Em 18 de março de 2020, a Companhia protocolou o plano de Recuperação Judicial e aguarda a data de Assembleia de Credores que será designada pelo juízo da Recuperação Judicial.

A Companhia informa que o processo de recuperação judicial, é mais um passo para a sua reestruturação financeira, o que não afetará o atendimento dos seus compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

#### 1.2. Impactos da COVID-19

Conforme orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia informa que não foi possível identificar impactos significativos em seus negócios até 31 de março como, por exemplo, redução no volume de tráfego pedagiado que possam estar relacionados ao Coronavírus, mas, conforme divulgado na nota 25, pode-se visualizar os impactos no tráfego pedagiado do mês de abril.

Em 17 de março de 2020, antecipando-se à quarentena decretada pelos governos estaduais e municipais em virtude da disseminação do Covid-19 pelo país, a Companhia adotou medidas preventivas visando resguardar a saúde de seus colaboradores com a adoção do trabalho home office para os colaboradores das áreas administrativas e para os que se enquadram, segundo o Ministério da Saúde, como grupo de risco. Para as funções operacionais, por se tratar de serviço essencial à população, foram adotadas medidas protetivas, como o uso de máscara, instalação de álcool em gel nas viaturas e praças de pedágio e demais medidas que atendam as orientações da OMS.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 15 de maio de 2020.

#### 2. Base de preparação

##### 2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2020 foram elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado (DVA) em suas demonstrações contábeis, enquanto que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

##### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2020.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Disponibilidades	1.827	1.993
Aplicação compromissada de debêntures (i)	<u>27.538</u>	<u>2.853</u>
	<u>29.365</u>	<u>4.846</u>

(i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independentemente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.

**5. Aplicações financeiras vinculadas**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Não circulante	<u>63.451</u>	<u>63.528</u>
	<u>63.451</u>	<u>63.528</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI em 2019 e em 2018.

**6. Contas a receber**

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pedágio eletrônico a receber	10.525	12.978
Cartões de pedágio a receber	705	548
Receitas acessórias	2.324	6.781
Valores em trânsito	112	631
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>          </u>	<u>(28)</u>
	<u>13.666</u>	<u>20.910</u>

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**7. Impostos a recuperar**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	1.176	1.121
Outros impostos a recuperar		11
	<u>1.176</u>	<u>1.132</u>

**8. Imposto de renda e contribuição social**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Ativo:</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	181.582	171.329
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	40.979	36.946
Provisão para participação nos lucros	-	-
Outras provisões	726	286
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Provisão para manutenção de rodovias	58.877	58.585
Provisão para investimentos em rodovias	3.226	3.236
AVP Outorga	1.574	1.588
	<u>286.964</u>	<u>271.970</u>
<b>Passivo:</b>		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Amortização - curva de tráfego (i)	(29.477)	(29.863)
	<u>257.487</u>	<u>242.107</u>

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2020, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 534.066 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 503.908). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados nos seguintes exercícios sociais:

<u>Ano</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2024		1.294
2025		2.724
2026		704
2027		4.140
2028		13.885
2029	14.808	20.855
2030	14.687	21.088
2031	19.758	26.898
2032	23.041	30.529
2033	12.849	21.235
2034	15.903	24.150
2035	42.185	74.605
2036	48.240	
2037	56.087	
2038	9.929	
	<u>257.487</u>	<u>242.107</u>

O crédito de imposto a recuperar sobre o prejuízo da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável ao prejuízo como segue:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(45.358)	(38.452)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	<u>14.902</u>	<u>13.074</u>
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(42)	(37)
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	<u>15.380</u>	<u>13.037</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

## Notas Explicativas Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2019							
Saldo inicial	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Aquisições	6	37	441	1.004			1.488
Baixas	(91)	(9)	(72)	(1.317)			(1.489)
Transferência	(17)	(9)		(42)			(68)
Transferência depreciação	15	4		33			52
Depreciação	(129)	(254)	(300)	(359)		(305)	(1.347)
Baixa de depreciação	77	9	57	1.289			1.432
Saldo contábil, líquido	539	1.153	597	920	377	4.930	8.516
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	1.240	2.512	5.133	1.995	377	7.401	18.678
Depreciação acumulada	(701)	(1.359)	(4.556)	(1.075)		(2.471)	(10.162)
Saldo contábil, líquido	539	1.153	597	920	377	4.930	8.516
Em 31 de março de 2020							
Saldo inicial	539	1.153	597	920	377	4.930	8.516
Aquisições			17				17
Baixas							
Transferência		(27)					(27)
Transferência depreciação		14					14
Depreciação	(29)	(60)	(75)	(70)		(76)	(310)
Baixa de depreciação							
Saldo contábil, líquido	510	1.080	539	850	377	4.854	8.210
Em 31 de março de 2020							
Custo	1.240	2.485	5.170	1.995	377	7.401	18.668
Depreciação acumulada	(730)	(1.405)	(4.631)	(1.145)		(2.547)	(10.458)
Saldo contábil, líquido	510	1.080	539	850	377	4.854	8.210
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 5.231 (2019 - R\$ 4.837).

## Notas Explicativas Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>						
Saldo inicial	462.549	655.058	39.501	64.159	2.531	1.224.008
Aquisições (vii)		65.697	2.345	50.113	1.285	119.440
Alienações		(27)				(27)
Transferências		26.261	3.084	(29.277)		68
Amortização (vi)	(14.975)	(24.062)	(1.388)		(1.495)	(41.920)
Saldo contábil, líquido	447.574	722.927	43.542	84.996	2.531	1.301.569
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>						
Custo	542.245	847.508	63.899	84.996	9.676	1.548.323
Amortização acumulada	(94.671)	(124.581)	(20.357)		(7.145)	(246.754)
Saldo contábil, líquido	447.574	722.927	43.542	84.996	2.531	1.301.569
<b>Em 31 de março de 2020</b>						
Saldo inicial	447.574	722.927	43.542	84.996	2.531	1.301.569
Aquisições (vii)		5.548	73	2.746	992	9.359
Alienações						
Transferências			36	(9)		27
Amortização (vi)	(4.018)	(6.503)	(405)		(339)	(11.265)
Saldo contábil, líquido	443.556	721.972	43.246	87.732	3.184	1.299.690
<b>Em 31 de março de 2020</b>						
Custo	542.245	853.056	64.008	87.732	10.668	1.557.709
Amortização acumulada	(98.689)	(131.084)	(20.762)		(7.484)	(258.019)
Saldo contábil, líquido	443.556	721.972	43.246	87.732	3.184	1.299.690

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 3,60% em 31 de março de 2020 (2019 - 3,32%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No trimestre findo em 31 de março de 2020, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 291 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 14.485).

A administração da Companhia, com base em estudos preliminares identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível, porém, as projeções futuras dependem da aprovação do Plano de Recuperação Judicial, portanto, optou por não reconhecer nenhuma provisão ao valor recuperável desses ativos no presente momento até que haja uma aprovação do plano de recuperação judicial.

O teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, conseqüentemente, em suas demonstrações financeiras.

#### 11. Fornecedores e prestadores de serviços

No período findo em 31 de março de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o total de fornecedores foi como segue:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	3.829	2.108
Cauções e retenções contratuais (i)	9.991	9.846
	<u>13.820</u>	<u>11.954</u>

- (i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 12. Partes relacionadas

##### a) Remuneração da Administração

No período findo em 31 de março de 2020 e 2019, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Remuneração fixa	661	625
Remuneração variável		102
	<u>661</u>	<u>727</u>

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.

##### b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	120.693	117.822
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	12.459	12.160
			<u>133.152</u>	<u>129.982</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no período foram de R\$ 3.170 (Nota 18) (no exercício de 2019 - R\$ 13.914).

#### 13. Provisões

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para demandas judiciais	121.902	110.040
Provisão para investimentos em rodovias	7.331	7.292
Provisão para manutenção em rodovias	173.287	172.309
	<u>302.520</u>	<u>289.641</u>
Circulante	158.967	158.251
Não circulante	<u>143.553</u>	<u>131.390</u>

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 31 de março de 2020 no montante de R\$ 7.593 (2019 - R\$ 7.593) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 31 de março de 2020 no montante de R\$ 112.934 (2019 - R\$ 101.072) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera.

Com referência a 31 de março de 2020, e relativamente às notificações instauradas pela ARTESP contra a Concessionária, em 31 de dezembro de 2019, efetuou-se uma reavaliação dos casos que poderiam resultar em multa, resultando na alteração de classificação de alguns casos de “possível” para “provável”, tomando-se por base o semestre encerrado em 30 de junho de 2019.

Nos períodos anteriores, diante de uma quantidade relativamente reduzida de decisões proferidas pela ARTESP, inexistia situação que ensejasse reavaliação da classificação.

Todavia, no 2º semestre de 2019 e no 1º semestre de 2020, foi proferida uma quantidade expressiva de decisões por parte da ARTESP, desfavoráveis à Concessionária, que foram objeto da interposição de recursos, os quais encontram-se ainda sob análise da Agência Reguladora.

No segundo semestre de 2019, houve uma considerável quantidade de decisões desfavoráveis proferidas pela ARTESP contra a Concessionária, em caráter definitivo, resultando, inclusive, na propositura de ações judiciais para rediscussão do assunto.

Adicionalmente, em 31 de março de 2020, a Companhia possui o equivalente a R\$ 14.564 (2019 - R\$ 14.564) de causas trabalhistas, R\$ 48.558 (2019 - R\$ 48.558) de causas cíveis, e R\$ 109.745 (2019 - R\$ 91.471) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 31 de março de 2020, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$ 41.983 (2019 - R\$ 37.949) incluem R\$ 15.662 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas na vara de Nanuque - Minas Gerais (2019 - R\$ 16.080). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$ 372 estão relacionados a discussões cíveis (2019 - R\$ 116), R\$ 345 relacionados a outros processos trabalhistas (2019 - R\$ 307), R\$ 5.189 relacionados a discussões tributárias (2019 - R\$ 5.111) e R\$ 20.415 relacionados a processos com a ARTESP (2019 - R\$ 16.335).

#### b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	<b>31/12/2019</b>	<b>Atualização Monetária Passiva</b>	<b>Atualização Monetária Ativa</b>	<b>31/03/2020</b>
Provisão para Investimentos	7.292	39		7.331
	7.292	39		7.331
	<b>31/12/2018</b>	<b>Atualização Monetária Passiva</b>	<b>Atualização Monetária Ativa</b>	<b>31/12/2019</b>
Provisão para Investimentos	6.991	304	(3)	7.292
	6.991	304	(3)	7.292

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<b>31/03/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
2022	7.331	7.292
	7.331	7.292

**c) Provisão para manutenção em rodovias**

	<b>31/12/2019</b>	<b>Adição</b>	<b>Transferência</b>	<b>Realização</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/03/2020</b>
Provisão para manutenção	175.106	1.941		(1.667)		175.380
Ajuste a valor presente (AVP)	(2.797)	(6)			710	(2.093)
	172.309	1.935		(1.667)	710	173.287
Circulante	158.251		716			158.967
Não circulante	14.058	1.935	(716)	(1.667)	710	14.320
	<b>31/12/2018</b>	<b>Adição</b>	<b>Transferência</b>	<b>Realização</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2019</b>
Provisão para manutenção	155.288	42.222		(22.404)		175.106
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.221)	(495)			11.919	(2.797)
	141.067	41.727		(22.404)	11.919	172.309
Circulante	16.068		142.204			158.251
Não circulante	125.019	41.727	(142.204)	(22.404)	11.919	14.058

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para os próximos dozes meses foram transferidos para curto prazo.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2020	39.714	158.251
2021	104.624	3.524
2022	27.778	9.493
2023	1.171	1.041
	<u>173.287</u>	<u>172.309</u>

**14. Debêntures****a) Descrição da operação**

<b>Debêntures não conversíveis</b>	<b>Valor do principal</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>Títulos em circulação</b>	<b>Prêmio</b>	<b>Encargos financeiros</b>
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

**b) Posição da operação**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.432.517	1.417.302
Remuneração (juros)	90.226	61.009
Custos com emissão	(48.724)	(50.804)
	<u>1.474.019</u>	<u>1.427.507</u>
Circulante	<u>(1.474.019)</u>	<u>(1.427.507)</u>

**c) Movimentação das debêntures**

<u>31/12/2019</u>	<b>Juros no exercício</b>	<b>Custos de transação</b>	<b>Pagamento de juros</b>	<b>Pagamento de principal</b>	<u>31/03/2020</u>
1.427.507	46.512				1.474.019
<u>31/12/2018</u>	<b>Juros no exercício</b>	<b>Custos de transação</b>	<b>Pagamento de juros</b>	<b>Pagamento de principal</b>	<u>31/12/2019</u>
1.348.182	173.540		(38.803)	(55.412)	1.427.507

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

<b>Ano</b>	<b>Amortização</b>	<b>Valor</b>
2020	9,22%	141.654
2021	7,05%	108.315
2022	8,46%	129.977
2023	10,54%	161.934
2024	11,44%	175.761
2025	12,78%	196.349
2026	13,55%	208.179
2027	13,71%	210.637
2028	6,49%	99.711
	<b>93,24%</b>	<b>1.432.517</b>

**d) Cláusulas restritivas e garantias**

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e por cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas de dívidas (*covenants*), cuja verificação é semestral, as quais são acompanhadas pela administração.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas declararam o vencimento antecipado, suspendendo a verificação das respectivas cláusulas restritivas de dívida (*covenants*).

**15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)****a) Capital social**

Em 31 de março de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<b>Acionistas</b>	<b>Participação acionária</b>	<b>Quantidade de ações</b>
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<b>30.357.847.596</b>

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

#### b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

#### 16. Receita operacional líquida

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Receita com arrecadação de pedágio	55.236	57.005
Receita de serviços de construção	8.285	20.254
Receitas acessórias	2.248	2.195
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(5.121)</u>	<u>(5.383)</u>
	<u>60.648</u>	<u>74.071</u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**17. Custos e despesas por natureza**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Com pessoal	(5.104)	(5.528)
Honorários da administração	(661)	(727)
Manutenção e conservação	(10.394)	(10.402)
Serviços de terceiros	(2.437)	(1.441)
Ônus variável da concessão	(865)	(891)
Seguros e garantias	(285)	(561)
Custo dos serviços de construção	(8.214)	(20.067)
Provisão para demandas judiciais (i)	(11.861)	
Provisão para manutenção em rodovias	(1.941)	(11.581)
Depreciação e amortização	(11.561)	(10.311)
Outras receitas e despesas	(1.525)	(1.546)
	<u>(54.848)</u>	<u>(63.055)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(39.712)	(59.028)
Despesas gerais e administrativas	(3.275)	(4.027)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11.861)	
	<u>(54.848)</u>	<u>(63.055)</u>

- (i) Em 31 de março de 2020, a Companhia apresentou outras despesas de R\$ 11.861 referente a provisão de contingências cíveis informado na Nota 13.a.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(46.220)	(45.859)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(3.170)	(3.460)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(749)	(1.640)
Outras despesas financeiras	(2.027)	(1.095)
	<u>(52.166)</u>	<u>(52.054)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	716	2.211
Atualização de impostos a recuperar	19	51
Outras receitas financeiras	274	311
	<u>1.009</u>	<u>2.573</u>
Resultado financeiro	<u>(51.157)</u>	<u>(49.481)</u>

#### 19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Salários e encargos sociais	(4.490)	(4.628)
Benefícios previstos em lei	(681)	(643)
Benefícios adicionais	(594)	(557)
Plano de participação nos resultados		(427)
	<u>(5.765)</u>	<u>(6.255)</u>

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(29.978)	(25.415)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	30.357.847.596	30.357.847.596
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00099)</u>	<u>(0,00084)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

#### 21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

##### a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

##### *Risco de taxa de juros*

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de março de 2020, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 3,65% ao ano, observada no fechamento de 31 de março de 2020, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 3,30% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 31 de março de 2020, divulgada pelo IBGE.

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<b>Efeito no resultado antes dos impostos (i)</b>		
<b>Passivo financeiro</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I Estável</b>	<b>Cenário II +25%</b>	<b>Cenário III +50%</b>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	4.860	6.075	7.290
Debêntures	Aumento do IPCA	166.564	178.725	190.885
		<b>Efeito no patrimônio líquido (i)</b>		
<b>Passivo financeiro</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I Estável</b>	<b>Cenário II +25%</b>	<b>Cenário III +50%</b>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	3.208	4.010	4.811
Debêntures	Aumento do IPCA	109.932	117.958	125.984
		<b>Efeito no resultado antes dos impostos (i)</b>		
<b>Ativo financeiro</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I Estável</b>	<b>Cenário II -25%</b>	<b>Cenário III -50%</b>
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	2.316	1.737	1.158
		<b>Efeito no patrimônio líquido (i)</b>		
<b>Ativo financeiro</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I Estável</b>	<b>Cenário II -25%</b>	<b>Cenário III -50%</b>
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	1.529	1.146	764

(i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

**b) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

*Contas a receber*

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

#### c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2020 com base nos pagamentos contratuais.

	<b>Menos de 3 meses</b>	<b>Mais de 12 meses</b>	<b>Total</b>
Fornecedores e prestadores de serviços	13.820		13.820
Debêntures	1.474.019		1.474.019
Credor pela concessão	286		286
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)		133.152	133.152
Total	<u>1.488.125</u>	<u>133.152</u>	<u>1.621.277</u>

#### Continuidade Operacional

A continuidade operacional da Companhia poderá ser afetada por eventos adversos do processo de recuperação judicial.

O intuito do processo da recuperação judicial é para adequar a sua dívida com os debenturistas ao seu fluxo de caixa e continuar a operacionalizar as suas atividades assumidas junto ao órgão regulador e efetivar os pagamentos aos fornecedores.

**Notas Explicativas****Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**d) Instrumentos financeiros por categoria**

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	63.451	63.528
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	29.365	4.846
Contas a receber de clientes	13.666	20.910
Depósitos judiciais	41.983	37.949
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.474.019	1.427.507
Contas a pagar a fornecedores	13.820	11.954
Outras contas a pagar	1.516	1.559
Partes relacionadas - mútuo a pagar	133.152	129.982
Obrigações com o poder concedente	286	330

**e) Gestão do capital social**

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 31 de março de 2020 representa 19% (2019 - 19%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	133.152	129.982
Debêntures	1.474.019	1.427.507
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(29.365)	(4.846)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(63.451)	(63.528)
Dívida líquida	<u>1.514.355</u>	<u>1.489.115</u>
Total do patrimônio líquido	<u>(212.248)</u>	<u>(182.270)</u>
Total da capital	<u>1.303.117</u>	<u>1.306.845</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>116,30%</u>	<u>113,95%</u>

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil cuja comparação do está apresentado a seguir:

	31 de março de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	29.365	29.365	4.846	4.846
Aplicações financeiras	63.451	63.451	63.528	63.528
Contas a receber de clientes	13.666	13.666	20.910	20.910
Depósitos judiciais	41.983	41.983	37.949	37.949
<u>Passivos financeiros</u>				
Debêntures (Nota 14) (i)	1.522.743		1.478.311	
Fornecedores	13.820	13.820	11.954	11.954
Outras contas a pagar	1.516	1.516	1.559	1.559
Partes relacionadas – mútuo a pagar	133.152	133.152	129.982	129.982
Obrigações com o poder concedente	286	286	330	330

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

Com a declaração de vencimento antecipado, o mercado classificou as Debêntures da Companhia no valor zero, por este motivo o valor justo encontra-se sem valor e entende que o valor justo é menor que o valor contábil, mas espera que após a aprovação do processo de recuperação judicial o mercado retome o valor das debêntures.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures eram obtidos utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela ANBIMA.
- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de ser respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

#### Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	47.274
	Riscos de engenharia	95.702
	Responsabilidade civil geral	67.790
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	15.000

A Companhia não obteve sucesso na renovação de seu seguro garantia, obrigatório no âmbito do Contrato de Concessão, obtendo resposta negativa acerca da referida renovação da Seguradora no dia 25 de junho de 2019, tendo a Seguradora justificado a não renovação em razão da atual situação econômico-financeira da Companhia e da reestruturação de suas debêntures ainda estar em andamento. A Companhia entrou com medida judicial contra a Seguradora e obteve êxito, tendo sido concedidos 90 dias adicionais ao da vigência da apólice, que passou a ter o vencimento em 1º de outubro de 2019.

Em 02 de outubro de 2019, a Companhia informou ao mercado que o seguro garantia, teve seu prazo expirado no dia 1º de outubro de 2019, sendo certo que, não obstante, a Ação ainda se encontra pendente de decisão de mérito.

#### 24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	291	14.485

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

#### 25. Eventos Subsequentes

##### Medidas contra COVID-19

A partir de abril de 2020 a Companhia adotou algumas medidas para resguardar os usuários que utilizam suas rodovias:

- Instalação de recipiente de álcool em gel em todas as cabines de suas praças de pedágio;
- Disponibilização de Tag's para os usuários, em parceria com empresa de cobrança automática;
- Parceria com postos de combustível para disponibilização de alimentação e para higienização dos caminhoneiros;
- Parceria com os municípios limieiros para realização de vacinação contra gripe para os caminhoneiros.

Além das medidas e parcerias adotadas acima, a Companhia intensificou a limpeza de todas as suas Bases de Atendimento, do Posto Geral de Fiscalização e das Praças de Pedágio.

## Notas Explicativas

### Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### Impactos da COVID-19

No mês de abril, devido à quarentena decretada para combate ao Covid-19, houve uma redução significativa de tráfego nas rodovias administradas pela Concessionária em comparação ao mesmo período do ano anterior. Para os veículos de passeio houve uma redução de 48% no volume pedagiado e nos veículos comerciais de 18%, resultando em uma redução total de 26% nas receitas do período. Espera-se que esta redução permaneça nos mesmos patamares até a flexibilização ou término do período de quarentena.

#### Fato Relevante

Em 13 de maio de 2020, a Companhia divulgou fato relevante (o “Fato Relevante”) comunicando seus acionistas, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e o mercado em geral acerca do recebimento de notificação enviada por Lineas International Holding B.V. (“Lineas B.V.”), titular de 50% do capital social da Companhia, e pela controladora de Lineas B.V., a Lineas Concessões de Transportes SGPS, S.A. (“Lineas S.A.”). Em referida notificação, foi informada a celebração, no dia 12 de maio de 2020, de um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) entre Lineas S.A. e Linhas Tietê Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“Latache”), por meio do qual a Latache comprometeu-se a adquirir, e a Lineas S.A. comprometeu-se a alienar, sujeito à satisfação de determinadas condições suspensivas constantes do Contrato, ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Lineas B.V., que por sua vez é detentora de ações representativas de 50% do capital social da Companhia. Acesse mais informações no Fato Relevante, disponível no site de RI da Companhia ([rodoviasdotiete.com.br/ri](http://rodoviasdotiete.com.br/ri)).

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Devido aos assuntos descritos no parágrafo "Base para abstenção de conclusão", não obtivemos evidências apropriadas e suficientes como base para expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias.

Base para abstenção de conclusão

(a) Situação financeira - recuperação judicial

Conforme descrito na Nota 14(d) às informações contábeis intermediárias, em 8 de novembro de 2019, em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), restou declarado o vencimento antecipado das debêntures, que em 31 de março de 2020 montam a R\$ 1.474.019 mil (31 de dezembro de 2019 - R\$ 1.427.507 mil). Dado ao vencimento antecipado dessas debêntures, conforme descrito na Nota 1.1 às demonstrações financeiras, em 11 de novembro de 2019 e 18 de março de 2020, a Companhia protocolou pedido e plano de recuperação judicial junto à Comarca de Salto - SP, respectivamente. Atualmente, a administração da

Companhia aguarda a aprovação do plano de recuperação judicial, que inclui entre outros, o plano de negócio com as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa projetados para os próximos exercícios. Adicionalmente, diante da situação financeira, a Companhia teve a renovação de seu seguro garantia negada pela seguradora, tampouco apresentou garantia de valor e condições equivalentes, conforme descrito na Nota 23 às informações contábeis intermediárias. Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, a ausência do seguro garantia representa inadimplência que, se comprovada por processo administrativo, poderá implicar na caducidade da concessão.

(b) Redução ao valor recuperável de ativos

Em decorrência dos assuntos mencionados acima, a administração da Companhia, baseada em estudos preliminares fundamentados por projeções futuras que dependem da definição do plano de recuperação judicial, conforme descrito na Nota 10 às demonstrações financeiras, identificou evidências de redução ao valor recuperável dos seus ativos imobilizado e intangível cujo os saldos em 31 de março de 2020 totalizam R\$ 8.210 mil e R\$ 1.299.690 mil (31 de dezembro de 2019 - R\$ 8.516 mil e R\$ 1.301.569 mil), respectivamente. Dado as incertezas presentes, principalmente quanto à definição do plano de recuperação judicial, a administração optou por não reconhecer nenhuma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no presente momento. Conseqüentemente, nas circunstâncias, não foi possível revisar e determinar o montante da perda por desvalorização sobre os referidos ativos nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 31 de março de 2020.

Considerando esse conjunto de elementos e a amplitude envolvida no contexto das informações contábeis intermediárias, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento concluir sobre o valor do ajuste de perda por impairment, mencionado no item (b) acima, assim como, concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração dessas informações contábeis intermediárias são apropriados.

Não obstante a impossibilidade de expressar opinião sobre as informações contábeis intermediárias, conforme mencionado no parágrafo anterior, a Companhia apresenta histórico de prejuízos fiscais não utilizados e, neste momento, encontra-se em situação financeira que, para se tornar viável, demanda a aprovação de um plano de recuperação judicial. As normas contábeis requerem que a manutenção ou o registro de tributos diferidos apenas ocorra se for provável que o benefício fluirá para a entidade. Nesse contexto, o saldo de créditos de tributos diferidos conforme demonstrado na Nota 8 às demonstrações financeiras, no montante R\$ 257.487 mil em 31 de março de 2020 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 242.107 mil), deveria ter sido baixado. Conseqüentemente, o ativo realizável a longo prazo encontra-se registrado a maior e o patrimônio líquido a menor no montante de R\$ 257.487 mil. O prejuízo do período encontra-se a menor em R\$ 15.380 mil.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas. Conseqüentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do Valor Adicionado

Fomos contratados também para revisar, em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias acima referidas, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para abstenção de conclusão", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essa demonstração em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Sorocaba, 15 de maio de 2020

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo de Camargo

Contador CRC 1SP219767/O-1

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de Março de 2020.

Salto, 15 de Maio de 2020.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da PricewaterHouseCoopers Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de Março de 2020.

Salto, 15 de Maio de 2020.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro